

MAIS JE SEGURO

RISCOS DE CATÁSTROFES NATURAIS

Só Istambul ultrapassa Lisboa no risco sísmico na Europa

Depois de Istambul, Lisboa é a cidade europeia com maior risco sísmico. Cenários desenvolvidos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil para Portugal revelam que perante um sismo com magnitudes mais ou menos catastróficas poderia provocar dezenas de milhar de mortos e centenas de milhar de desalojados. O impacto económico e social seria forte porque 50% do património das famílias do país está investido nas habitações.





Rafael Marchante/Reuters

ANÁLISE

Riscos de catástrofes naturais é o grande desafio do setor

Os incêndios de 2017 custaram 250 milhões de euros às seguradoras e Lisboa é a segunda cidade europeia com maior risco sísmico na Europa.

VÍTOR NORINHA E CARLOS CALDEIRA

vnorinha@jornaleconomico.pt

As alterações climáticas e os fenómenos sísmicos são as duas grandes origens das catástrofes naturais. José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras diz que os países “já perceberam a dimensão das crescentes catástrofes naturais. No entanto, há alguma dificuldade em identificar e implementar medidas concretas para mitigá-las”.

Recorde-se que a APS e o regu-

lador contribuíram para a apresentação de um projeto de diploma para a criação de um sistema de proteção para riscos de catástrofes naturais que incluía a cobertura de risco sísmico a nível nacional. Agora, já se fala em alargar essa cobertura, embora em outros moldes, a tempestades e inundações. O fundo sísmico passou, aliás, a ser uma prioridade nacional, sobretudo com a severidade com que aparecem os eventos de catástrofes da natureza. O LNEC faz em tempos estudos sobre o impacto destes riscos na economia e na sociedade portuguesa e falava em dezenas de

milhar de mortos e centenas de milhar de desalojados.

E a nossa história recente não deixa dúvidas. O ano de 2017 vai ser lembrado como um dos mais trágicos em termos de incêndios, tanto no total de área ardida como em número de vítimas mortais. Perante o cenário catastrófico provocado pelos incêndios de Pedrógão Grande, que deflagrou a 17 de Junho, as empresas seguradoras fizeram o levantamento dos processos e foi possível identificar nos incêndios dos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, um

total de quase 500 processos de sinistro, a maior parte destes referentes a seguros de habitação. O sector contabilizou ainda um custo global seguro de cerca de 22 milhões de euros. A intervenção do sector segurador foi de novo posto à prova na segunda vaga de incêndios de grandes proporções que aconteceu em outubro de 2017, nas regiões norte e centro do país.

Naquele que foi o maior sinistro da história da atividade seguradora em Portugal, as empresas receberam a participação de cerca de 5.500 processos de sinistro, em que, quase três quartos eram refe-

rentes a seguros de habitação. Mais de 250 milhões de euros de indemnizações resultaram desta tragédia, sendo que mais de três quartos desse valor se destinou a indemnizar as perdas sofridas por empresas de comércio e indústria, segundo fonte institucional da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS).

Para o presidente da APS, José Galamba de Oliveira, “em geral, diria que não estamos preparados para uma grande catástrofe e especialmente se for de natureza sísmica. Nesse sentido entendemos ser necessário criar soluções estruturais que passem pela constituição de um mecanismo de proteção de riscos catastróficos para o nosso país. Este tipo de mecanismo de mitigação de riscos catastróficos passa frequentemente pela criação de uma entidade gestora que agregue o Estado e seguradores com a responsabilidade na criação e gestão de um pool de resseguro (acendendo a resseguradores internacionais) e a criação de fundos que vão sendo alimentados por contribuições de parte dos prémios de seguros multirrisco ou de incêndios”.

Em entrevista recente, publicada na última revista da APS, José Galamba de Oliveira afirma que a Associação tem vindo a desenvolver estudos técnicos com vista à elaboração de uma proposta para a criação deste mecanismo de proteção para fazer face, numa primeira fase, a perdas associadas a sismos, nas habitações alargando-se numa fase posterior a outros riscos de natureza catastrófica nomeadamente grandes inundações, tempestades ou incêndios. Mas, na mesma entrevista, José Galamba de Oliveira realça que para além dos incêndios houve outros eventos extremos, para os quais as seguradoras foram também chamadas a intervir.

O presidente da APS referia-se em particular ao furacão Leslie que, em outubro de 2018, assolou a região centro do país. Neste caso, foram acionados mais de 38 mil contratos de seguro que correspondem a um volume de indemnizações superior a 100 milhões de euros. “Apesar da gravidade e severidade destes fenómenos extremos, o sector mostra ter capacidade operacional e financeira para uma resposta atempada, de resto reconhecida publicamente por vários intervenientes”, garante José Galamba de Oliveira.

Sinistros crescem

As alterações climáticas estão a afetar as contas das famílias e das seguradoras. Os riscos catastróficos são cada vez maiores e mais violentos. As perdas por catástrofes têm tendência para aumentar, pois os desastres naturais, com o efeito das alterações climáticas, têm impactos cada vez maiores. Segundo o “Global Catastrophe Recap: First Half of 2019”, publica-

do pela Aon, só no primeiro semestre deste ano registaram-se pelo menos 163 desastres naturais. Ainda assim, um valor abaixo da média do século XXI, que é de 180.

As perdas económicas estimadas pela Aon foram de 66,5 mil milhões de euros, com as perdas seguradas, definidas como pagamentos de sinistros pelo mercado privado de seguros e entidades públicas de seguros, durante o primeiro semestre deste ano a chegarem aos 18,2 mil milhões de euros. Mas a Aon salienta ser provável que hajam revisões significativas em alta dos valores a pagar pelas seguradoras, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Regiões onde se verificaram eventos de grande escala, como inundações nos EUA e granizo severo e danos à seca nas lavouras na Europa, durante os meses de Junho e Julho, o que resultará num período prolongado para que os agricultores façam o balanço das perdas de colheitas e rendimentos potenciais.

Os seis primeiros meses do ano foram marcados por muitos desastres de média escala, mas que foram impactantes para muitas comunidades em todo o mundo, mas, apesar de tudo, não foram muito significativos do ponto de vista de perda financeira. Foi o que aconteceu na Europa, Oriente Médio e África (EMEA) com 50 registos de desastres notáveis e Ásia-Pacífico (APAC) com 45. Os EUA foram assolados por 37 desastres e o resto do continente americano por outros 20. Os perigos de inundação e mau tempo (inundações) foram o principal fator causador de perdas económicas cobertas por seguros durante o primeiro semestre de 2019.

Além disso, o clima severo e os ventos fortes na Europa foram os únicos que registaram perdas seguradas acima da média, em comparação com a linha de base do século XXI.

As perdas económicas registadas apenas pelo clima, são estimadas pela Aon em 65,5 mil milhões de euros. Os desastres naturais provocaram a morte de cerca de 3.800 pessoas durante o primeiro semestre de 2019, um valor significativamente abaixo da média de longo prazo que é de 37.400. Os ciclones tropicais e as inundações foram os perigos mais mortais, sendo responsáveis por pelo menos 1.500 e 1.425 mortes, respectivamente. A maioria das mortes ocorreram em África devido a ciclones tropicais.

As perdas económicas resultantes de catástrofes naturais ficaram abaixo da média em todas as regiões do globo, exceto nos EUA, onde ficaram 14% acima da média do século XXI. No entanto, as perdas para todas as regiões são superiores às respetivas médias desde 2000. Ainda no primeiro semestre de 2019, aconteceram pelo menos 17 eventos que causaram prejuízos bilionários, nos EUA, África e América do Sul. ●

OPINIÃO

Homeless



PAULA RIOS
MDS Portugal | Chief
Communication Officer

Homeless é o termo utilizado em inglês para designar o que por cá chamamos “sem abrigo” – as pessoas que não têm casa e vivem na rua. Uma palavra dura, deprimente, porque significa o contrário daquilo que todo o ser humano deveria ter – um abrigo, uma casa onde viver.

Nos últimos tempos, começo a ter a inquietante sensação de que todos nós, habitantes do Planeta Terra, mais cedo ou mais tarde nos iremos encontrar nessa triste situação.

É certo que não são de hoje os alertas sobre o aumento da temperatura na Terra: a consciência de que tinham de ser tomadas medidas para inverter o aquecimento global surgiu há cerca de 30 anos, e muito se poderia ter feito então para impedir aquilo a que hoje chegámos. Nessa altura eram previsíveis muitos dos fenómenos que hoje já assombram as nossas vidas, como as tempestades extremas frequentes, as inundações de zonas ribeirinhas, a desertificação de vastas áreas outrora férteis, a imolação pelo fogo de hectares e hectares de floresta, o fim dos glaciares, a poluição do ar que leva a um cada vez maior número de alergias e doenças respiratórias... e isto só para mencionar alguns dos fenómenos a que assistimos diariamente, com um sentimento de impotência crescente.

Nos últimos meses o tema das alterações climáticas, talvez por nos sentirmos cada vez mais fustigados pela Natureza, tem assumido uma importância cada vez maior ao nível dos media e das redes sociais. Começamos a ouvir falar de “moda sustentável”, de estilo de vida zero waste, da necessidade da redução do consumo de carne como medida fundamental (não só pelo seu impacto nas emissões de gás metano, mas também pela quantidade de água necessária para manter as explorações pecuárias), todos os temas da mobilidade nas cidades, - com algumas a tomar medidas drásticas para reduzir a circulação de veículos automóveis privados...

Mas da discussão à ação, real e concreta, vai um longo caminho, e temos a plena consciência de que tudo aquilo que já se está a fazer peca por insuficiente. Pois em trinta anos muito mais se poderia ter feito: os governos têm “empurrado com a barriga”, por-

que a verdade é que governam a curto prazo e, até recentemente, ser “verde” não atraía votos. Felizmente, e como pudemos ver por recentes resultados de eleições, quer por cá quer lá fora, a realidade está a mudar, e as preocupações ambientais começam a ganhar votos. Principalmente uma geração, como a de Greta Turnberg, que quer ter uma casa no futuro, e acusa os políticos – como ela fez na Cimeira Climática, em Nova Iorque, e de forma desassombada – de lhes roubar “os sonhos e a infância”. Para não falar no futuro...

Chegámos a um ponto em que a responsabilidade - e a consequente ação – não é só dos governos, é de todos. É certo que cabe aos Governos assumir grandes compromissos – e parece que alguns, sérios, foram agora assumidos - como o da Alemanha ter uma neutralidade de carbono em 2050, a decisão da Rússia de ratificar o Acordo de Paris, o compromisso de 77 países de cortarem as emissões de gases de efeito de estufa para zero até 2050, e da China e da Índia (países muito populosos) de cortar drasticamente as emissões e investir em energias renováveis.

Mas também cabe às empresas e aos indivíduos desempenhar um papel ativo nesta luta. Em Nova Iorque também um conjunto significativo de empresas assumiu sérios

compromissos face aos seus investimentos em energias “limpas”, deixando de incluir nas suas carteiras investimentos no sector dos combustíveis fósseis e outros poluidores. No que respeita a nós, cidadãos, é fundamental a formação, a educação, a informação.

É evidente que, a partir dum certo momento, temos de ter a noção de que algum conforto se poderá perder e que teremos de fazer alguns sacrifícios. Há dias, num site dedicado ao esclarecimento de questões ambientais alguém colocava uma questão muito pertinente: “para salvar o ambiente, vamos ter de ser pobres?”. A resposta era dada com algum sentido de humor. Dizia que não forçosamente, mas que provavelmente nos deveremos habituar a viver com menos: menos roupa, menos comida - ou certo tipo de comida - e certamente menos água. Uma cultura de parcimónia irá, sem dúvida, dar um forte contributo para uma maior sustentabilidade.

E afinal, isto até poderá nem ser assim tão mau. Segundo o Prof. Filipe Duarte Santos, especialista em Alterações Climáticas, é errado pensar que a preocupação com o ambiente é um entrave ao desenvolvimento económico. Aliás, o mesmo afirma que se trata precisamente do contrário: a utilização sustentável

dos recursos naturais irá beneficiar as economias, o que acontece nos países onde a reciclagem e a economia circular são já uma realidade significativa. Por isso defende a reciclagem das matérias-primas, o retorno aos produtos com durabilidades longas, o consumo dos recursos naturais adequado à sua sustentabilidade e um modelo de desenvolvimento assente em energias renováveis e não nos combustíveis fósseis. Isto implica a necessidade de alteração dos hábitos alimentares, com uma drástica redução do consumo de carne, e uma alteração radical ao nível da gestão da água, considerada “o petróleo do séc. XXI”.

Depois de tantos meses a falar deste tema, é bom que a discussão continue, mas é bom também que medidas concretas sejam implementadas. Vamos ter de mudar hábitos de vida, sem dúvida. Alguns, vão custar a perder. Mas não valerá a pena fazer alguns sacrifícios para mantermos a nossa casa? Porque, ao contrário dos sem abrigo, se perdermos esta não temos a rua para onde ir. Se a Terra, que é a nossa casa, deixar de ter condições para a vida humana – e bastará, segundo os especialistas, um aumento de temperatura de 2°C para tal - todos iremos perder. Vai ser muito mais, muito pior que Homeless. ●

PUB



VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador **SMA**

Uma tempestade
mais agressiva...

Leva o telhado do seu armazém.
E agora? O que fazer?

Sem telhado, como vai conseguir manter a linha de produção da sua empresa?

Esta é apenas uma situação da vida real. Veja outras em www.victoria-seguros.pt e saiba o que podemos fazer pela continuidade do seu negócio.



VICTORIA Seguros, S.A. - Av. Liberdade, 200 1250-147 Lisboa Portugal
Tel: 21 313 41 00 Fax: 21 313 47 00 - Móvel: 910 000 000 - NIPC 506 333 027
Capital Social EUR 34.850.000

ENTREVISTA JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA presidente da APS – Associação Portuguesa de Seguradores

Tempestades poderão ser incluídos no sistema de proteção de catástrofes

A questão climática e os riscos de catástrofes naturais são um tema transversal aos vários partidos políticos. Tempestades e inundações poderão ser incluídos no sistema de proteção de catástrofes, diz o presidente da APS.

VÍTOR NORINHA

Vnorinha@jornaleconomico.pt

Depois de Istambul, Lisboa é a capital europeia com maior risco sísmico. Logo, o fundo para a cobertura de riscos sísmicos deve ser uma prioridade nacional.

Em que ponto se encontra a proposta da APS, feita ao Governo para a criação de um fundo para a cobertura de riscos sísmicos?

A proposta foi entregue ao Governo e a receptividade consideramos que foi positiva. Tanto assim foi que, na proposta que o Governo apresentou na Assembleia da República de reforma do sistema nacional da supervisão financeira estava inscrita a obrigação de, no prazo de dois anos, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, em articulação com os serviços do Ministério das Finanças, apresentar ao membro do Governo responsável pela área das finanças um projeto de diploma para a criação de um sistema de proteção para riscos de catástrofes naturais que inclua a cobertura do risco sísmico a nível nacional. Trata-se, efetivamente, de uma matéria a carecer de soluções que assegurem a maior resiliência possível do país no caso de ocorrência de um evento desta natureza e, por conseguinte, a mensagem principal sobre a necessidade de reforçar a proteção dos portugueses neste domínio parece ter tido bom acolhimento. Como se sabe, esta proposta do Governo acabou por não ser aprovada na legislatura que findou, mas estamos convictos que, na próxima legislatura, este tema volte a estar na agenda do novo Governo e do Parlamento.

Tendo a proposta sido apresentada há cerca de um ano o que justifica todo este tempo de espera? Falta de sensibilidade para a emergência do tema?

Os países, individualmente ou enquanto comunidade internacional,

já perceberam a dimensão das crescentes catástrofes naturais. No entanto, há alguma dificuldade em identificar e implementar medidas concretas para mitigá-las. No contexto nacional, observa-se uma evolução em relação ao tema no último ano, em particular a nível político – por exemplo, vários programas eleitorais abordam a questão climática e os riscos de catástrofes naturais, sendo por isso um tema transversal aos partidos. Neste âmbito, independentemente dos resultados das próximas eleições, o fundo sísmico, enquanto forma de reduzir os efeitos de uma catástrofe natural para a qual o país apresenta um risco considerável, deverá ser uma prioridade nacional. Aliás, apesar de faltar pouco tempo para o final da legislatura, a decisão de entregar ainda no ano passado a proposta ao Governo teve por base, exatamente, a urgência da questão. Mais precisamente em Portugal, num universo de seis milhões de habitações, apenas 16% dispõe atualmente de cobertura em

relação a este tipo de catástrofe. Adicionalmente, Lisboa é a segunda capital europeia com maior risco sísmico, está atrás apenas de Istambul, na Turquia.

Estes indicadores apontam para que o fundo para cobertura de riscos sísmicos deva ser uma prioridade nacional, na medida em que tem impactos não só na área económica, mas também social.

E embora a proposta não tenha sido aprovada faz sentido introduzir-se o alargamento da cobertura para além do fenómeno do risco sísmico?

Ao contrário do que sucede com o risco sísmico que só tem cobertura num número reduzido de contratos de seguro, os outros riscos da natureza, como sejam as tempestades e as inundações têm, apesar de tudo, taxas de cobertura por seguro mais elevadas e o setor segurador tem tido, por si só, a capacidade de segurar estes riscos.

No entanto, temos vindo a assistir a um aumento da frequência e se-

veridade dos efeitos destas catástrofes e, por isso, ainda que em moldes diferentes, faz sentido a inclusão destes riscos no sistema proposto. Tanto assim é que, o sistema foi já pensado nessa perspetiva, mas, tratando-se, apesar de tudo, de riscos de natureza diversa dos sismos, a forma como essa inclusão se fará tem ainda de ser trabalhada e será necessariamente diversa.

A APS tem contas feitas sobre o impacto na economia nacional da ocorrência de um sismo, ou tem estudo feito em outras cidades europeias?

Existem cenários desenvolvidos pelos engenheiros do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) revelam que a ocorrência de um sismo com magnitudes mais ou menos catastróficas poderiam provocar dezenas de milhares de mortos e feridos e centenas de milhares de desalojados. Estes cenários terão não só elevados impactos sociais, mas também económicos. É relevante sublinhar que 50% do pa-



CATÁSTROFES QUE CAUSARAM FORTES PREJUÍZOS

EVENTOS NATURAIS EXTREMOS (com recolha de dados pela APS)	Data	N.º total de sinistros participados	Total de indemnizações paga e provisões constituídas (milhões de €)	N.º de sinistros participados	Valor das indemnizações pagas e provisões constituídas (milhões de €)
Incêndio em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos	17.06.2017 a 24.06.2017	543	21,3	Habitações: 363 Empresas: 38 Veículos automóveis: 78 Acidentes de trabalho e acidentes pessoais: 31	4,2 13,1 0,8 2,0
Incêndios em Portugal Continental	14.10.2017 a 16.10.2017	4.636	226,3	Habitações: 3.396 Empresas: 848 Veículos automóveis: 200 Acidentes de trabalho e acidentes pessoais: 138	41,5 179,9 2,1
Incêndios em Monchique	03.08.2018 a 09.08.2018	152	3,0	Habitações: 128 Empresas: 16 Veículos automóveis: 0 Acidentes de trabalho e acidentes pessoais: 8	0,4 2,1 0,9 0,0
Tempestade Leslie (Centro e norte do continente)	12.10.2018 a 14.10.2018	38.578	100,7	Habitações: 31.726 Empresas: 3.945 Veículos automóveis: 2.510 Acidentes de trabalho e acidentes pessoais: 17	0,02 44,6 49,1 5,4
					0,01



Beawiharta/Reuters

ocorreram alguns fenómenos extremos, com o registo de número total de sinistros participados, bem como volume total de indemnizações pagas e provisões constituídas. Nas duas últimas colunas estão registados os principais sinistros participados e respetivos valores de indemnizações pagas e provisões constituídas.

As alterações climáticas em Portugal e o impacto no crescimento dos riscos relativos a incêndios, inundações, ciclones e outros desastres naturais já estão a ser refletidos no preço dos seguradores?

A APS não tem conhecimento das políticas de preços das suas associa-

das. O que sabe, através da informação estatística que recolhe, é que o volume de prémios do ramo de Incêndio e Outros Danos tem vindo a crescer (8% no primeiro semestre deste ano), mas estamos em crer que se deve a uma maior perceção da importância destes seguros por parte dos portugueses e reflete uma maior contratação de seguros, de coberturas e de atualização dos capitais seguros e não tanto a um aumento dos preços. E isso é muito positivo porque contribui para a diminuição do que chamamos o “protection gap” que é mais elevado em Portugal do que na generalidade dos outros países desenvolvidos.

Registou-se algum tipo de comportamento das resseguradoras re-

lativamente aos riscos de catástrofes naturais em Portugal?

Do ponto de vista do setor não foi registado nenhum movimento que represente um desvio significativo, em relação ao padrão.

O cyber crime pode vir a integrar-se numa ameaça a nível de riscos catastróficos?

Este é um tema que merece a atenção do setor, uma vez que é um risco intrínseco à dinâmica da sociedade atual, que a tenderá a condicionar se não for minimamente gerido. O ritmo acelerado das inovações tecnológicas implica um nível constante de investimento nesta área, pois rapidamente as soluções de proteção da informação se tornam-se obsoletas. ●

PUB

trimónio das famílias do país está investido nas suas habitações e é precisamente para proteger este investimento que é proposto o Fundo Sísmico, através do qual seja possível recuperar as habitações privadas, permitindo que o Estado recupere estruturas coletivas como hospitais, escolas, estradas.

Que relevo dá o setor segurador à emergência dos vários riscos catastróficos?

Este é um dos principais desafios do setor para os próximos anos e, como tal, tem estado atento à temática. Note-se que as catástrofes naturais têm duas grandes origens: as alterações climáticas e os fenómenos sísmicos. O setor segurador, a nível internacional e em Portugal, está muito comprometido e diretamente envolvido na defesa de um planeta mais sustentável sob diversas vertentes, nomeadamente, através do apoio à prevenção e adaptação e na incorporação, nas suas políticas de subscrição de riscos e no desenho dos seus pro-

duto, dos incentivos adequados ao objetivo da neutralidade carbónica, de modo a induzir as empresas e os cidadãos a adotar processos e comportamentos cada vez mais eficientes e com menores emissões de CO2. É importante frisar, ainda, a disponibilização da sua experiência e know-how em parcerias público-privadas e ainda enquanto investidor institucional de relevo, através do financiamento de longo prazo para a economia, investindo cada vez mais em ativos verdes e sustentáveis. Em Portugal, a APS, em representação do setor, é uma das subscritoras da Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal e, a nível europeu, com um endorsement público ao Acordo de Paris.

A APS tem valores sobre o total das indemnizações pedidas e as pagas pelos seguros e resseguros em Portugal a nível de catástrofes naturais, incêndios e outros eventos?

Em Portugal, entre 2017 e 2019,



Para resolver as dores de cabeça existem os associados da APROSE, mediadores profissionais de seguros que asseguram, de forma independente, a melhor solução para a proteção dos seus riscos.

Eles gerem a sua carteira de seguros, privilegiando a eficiência e o acompanhamento personalizado.

E, quando o sinistro acontece, prestam o apoio mais eficaz, na defesa dos seus interesses.

Em www.aprose.pt pode encontrar um mediador profissional perto de si.

APROSE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
AGENTES E CORRETORES DE SEGUROS

Os Corretores e Agentes de Seguros associados da APROSE são mediadores independentes que se distinguem pela competência e qualidade do serviço que prestam.

Ed. Infante D. Dinis · Praça da República, 93 · Sala 301 · 4050-497 Porto · Portugal
Tel. +351 222 003 000 · Fax +351 223 322 519 · email: aprose@aprose.pt

AUMENTA O RISCO CORPORATIVO PERANTE EVENTOS CATASTRÓFICOS

Com as resseguradoras a sinalizarem uma tendência de aumento do preço de transferência do risco catastrófico, Portugal pode sofrer com o risco da economia global. **VÍTOR NORINHA**

ECONOMIAS COMO A PORTUGUESA QUE ESTÃO INSERIDAS NUM MERCADO GLOBAL PODEM VIR A SOFRER COM O NOVO MAPA DO RISCO CORPORATIVO. OS GESTORES RESPONDEM ÀS SOLUÇÕES FUTURAS PERANTE EVENTOS CATASTRÓFICOS, MAS TAMBÉM O EFEITO DE DEVASTAÇÃO NUMA ECONOMIA GLOBAL E ONDE UM MERCADO DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES PODE INTERROMPER REPENTINAMENTE O FLUXO DE TRANSAÇÕES. NUMA ECONOMIA GLOBAL OS VASOS SÃO COMUNICANTES E UM EVENTO NUM PONTO DO GLOBO PODE CRIAR DANOS NUMA ECONOMIA QUE ESTÁ DO OUTRO LADO DO MUNDO. OS GESTORES RESPONDEM AINDA AO PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TANTO NOS EVENTOS PREDITIVOS COMO NAS SOLUÇÕES GLOBAIS.



NUNO ARRUDA
Head of Sales and Client Management da Willis Towers Watson

“Todos os relatórios mais recentes demonstram uma crescente preocupação por parte das empresas (e de alguns estados) relativamente a riscos catastróficos, especialmente aqueles ligados a eventos climáticos extremos. Se no passado a questão se prendia essencialmente com a severidade, hoje a probabilidade de ocorrência (cada vez maior) é influência materialmente a política de gestão de risco das organizações, que se veem obrigadas a considerar períodos de retorno menores e planos de contingência mais robustos”. Sobre o atraso à implementação de um fundo de riscos sísmicos em Portugal “o Governo provavelmente considera que a resposta do mercado segurador é suficientemente robusta, acessível e eficiente no binómio custo/cobertura. Há todavia dois aspetos sobre os quais

se deverá refletir: por um lado temos já vários indicadores de uma tendência de subida do preço de transferência de risco catastrófico nos mercados de resseguro internacionais (essencialmente fruto do aumento de grandes perdas relacionadas com eventos climáticos extremos/catástrofes naturais – 2018 foi o quarto pior ano desde que há registos, só ultrapassado por 2005, 2011 e 2017, ou seja, todos no século XXI); por outro não devemos perder de vista a retenção de risco que normalmente é “imposta” às empresas e individuais em virtude da franquia típica de 5% do capital seguro (quantas famílias e até empresas têm liquidez para lhe fazer face?). E perante um cenário de devastação em Portugal o impacto “será obviamente enorme e em diversas dimensões pelo que a quantificação global não se afigura fácil e adiantar números pode ser algo irresponsável sem definir pressupostos específicos de análise. Há todavia uma dimensão que por vezes pode ser descurada: numa economia cada vez mais global e interligada, qual o impacto para as nossas empresas se os nossos maiores destinos de exportação forem afetados por um evento catastrófico que os impeça de comprar durante um longo período de tempo? Estarão as empresas a considerar/quantificar este risco de forma realista no seu mapa de risco corporativo?”

Por seu lado, “a Inteligência Artificial está a ser usada para criar modelos preditivos para este tipo de sinistros. A redução dos custos de computação e a automatização do processo de desenvolvimento de modelos permite-nos hoje criar equipas e ferramentas de data-science mais eficientes, resultando numa evolução sem precedentes. Há ainda um longo caminho a percorrer relativamente à predição de um evento, mas podemos com muito maior precisão definir e quantificar o impacto de um evento e criar modelos multidimensionais. Esta constante evolução permite também uma maior “democratização” destas ferramentas: se no passado elas estavam apenas disponíveis para o mercado (re)segurador e muito grandes empresas, hoje na Willis Towers Watson estamos em condições de habilitar os nossos clientes com uma modelização ad-hoc de todos os seus riscos”.

E no futuro, considerando o produto/solução “a grande evolução pode vir de uma maior utilização de soluções paramétricas. Quanto ao mercado “tradicional”, se por um lado subsiste a dúvida relativamente à capacidade disponível no mercado a médio prazo, inevitavelmente condicionada por ciclos macroeconómicos (de acordo com os nossos números, reduziu 2018 e recuperou em 2019) por outro parece certo que se deverá manter a tendência de endurecimento de condições pelo que as empresas necessitarão de tomar

decisões cada vez mais informadas e sustentadas relativamente à fronteira eficiente de transferência de risco. Globalmente, o agudizar dos fenómenos climáticos extremos deverá resultar numa cada vez maior e melhor articulação pelos diferentes stake-holders: Estado/Governo, indústria e sociedade.”



DAVID LUCAS NUNES
Senior Underwriter na AIG

“A AIG disponibiliza em Portugal um conjunto de soluções que visa garantir o património das empresas em caso de evento catastrófico. Temos igualmente soluções no âmbito do seguro de Responsabilidade Ambiental para fazer face a eventuais incidentes ambientais que, naturalmente poderão ocorrer em consequência de um evento catastrófico. Por último e não menos importante é a garantia que os nossos contratos de Acidentes Pessoais preveem para acidentes ocorridos com as pessoas seguras, em consequência destes eventos igualmente conhecidos como Acts of God”.

Em relação ao futuro a “IA já está a ter um papel fundamental na forma como a nossa indústria evolui e se adapta à nova realidade. Não só numa ótica mais direta em termos de previsão de eventos e os chamados modelos preditivos, mas também no que diz respeito à capacidade de adaptação de soluções a riscos complexos e na velocidade de resposta e novos serviços de apoio”. De realçar que “dada a crescente frequência e severidade deste tipo de eventos e os danos evidentes associados, a consciencialização das empresas e da sociedade é também maior. A questão fulcral aqui é se, tendo a noção destes riscos, estamos preparados para os enfrentar. Aqui de facto temos notado que apesar de um ligeiro crescimento na procura destas soluções, ainda não podemos afirmar com segurança que a grande parte das empresas estejam devidamente protegidas ou preparadas”. Por outro lado, “a questão ambiental associada às alterações climáticas e consequentemente aos riscos catastróficos, é algo que de facto nos preocupa relativamente aos nossos clientes. A tecnologia que hoje temos ao dispor, nomeadamente no que toca a modelos de predição com base em Inteligência Artificial e Machine Learning, associada à nossa capacidade de providenciar soluções para este tipo de risco, permitem-nos de facto prever não só consequências, mas também identificar novas áreas críticas com um maior grau de detalhe e precisão.”



ANTÓNIO BICO
CEO da Zurich Portugal

“Muitos dos atuais riscos catastróficos estão diretamente ligados aos fenómenos climáticos extremos consequentes das alterações climáticas, que são cada vez mais severos e frequentes. Em Portugal os estudos indicam que os principais impactos das alterações climáticas são e continuarão a ser as tempestades, as inundações, os fogos florestais e as ondas de calor. Todos estes episódios deixam, como sabemos, um rasto impressionante de destruição. Depois há também o risco dos fenómenos naturais, que são igualmente catastróficos, sendo de destacar em Portugal, o risco sísmico.

Para o setor empresarial, a Zurich conta com produtos específicos para diferentes danos causados pelas catástrofes naturais, que podem passar por incêndios, perda de lucros, avaria de máquinas, interrupção da produção e outros danos patrimoniais e ou consequenciais. Estes produtos têm ainda a possibilidade de serem complementados com outras garantias, tais como os riscos elétricos causados por tempestades ou a interrupção da atividade económica, que têm como objetivo repor a continuidade do negócio, tão rápido quanto possível, evitando assim perdas que terão impacto nas empresas. Mas, mais do que falar de coberturas, importa falar de soluções modulares de seguros baseadas em coberturas adequadas a cada um destes riscos. É este trabalho que temos vindo a desenvolver nos últimos anos, em simultâneo com as análises de risco rigorosas que fazemos no terreno, de forma gratuita e em formato de consultadoria - utilizando metodologias do Grupo Zurich - previamente à contractualização de um seguro para empresas. Para as pessoas e famílias também contamos com produtos diferenciadores, modulares e ajustados aos riscos catastróficos inerentes às diferentes zonas geográficas, nomeadamente os denominados multiriscos”. Por outro lado “os modelos preditivos da Zurich que utilizam inteligência artificial (IA), juntamente com os mapeamentos geográficos de catástrofes naturais existentes dão-nos a capacidade de detalhar os riscos catastróficos mais prováveis de cada região. Os modelos gerados pela IA para as diferentes regiões e atividades económicas são verdadeiros aliados na “análise de risco catastrófico e climático” e na criação de soluções específicas da Zurich que respondam a estes riscos específicos”. De frisar que “nos últi-

mos meses as alterações climáticas têm sido alvo de amplas notícias, o que contribui para que os cidadãos ganhem maior consciência da dimensão do tema. Esta semana, por estar a decorrer a Climate Week da ONU em Nova Iorque, têm sido lançados diversos estudos que complementam as notícias nas televisões, rádios, jornais e os conteúdos nas redes sociais um pouco por todo o mundo. Desde o António Guterres à Greta Thunberg, temos líderes a chamar a atenção dos cidadãos, das empresas, das ONG e dos Governos, numa tentativa de levar as pessoas à ação.

Mas isto não significa que estejamos preparados para a severidade e frequência que o aumento da temperatura do planeta nos vai trazer. De forma muito equilibrada e com um misto de racionalidade e emoção, há que explicar aos cidadãos e às empresas o que se espera do futuro e de que forma podemos, em conjunto, tornar as pessoas, as comunidades e as empresas mais resilientes. Como nos podemos proteger e que medidas tomar para enfrentar estes episódios climáticos são respostas que precisamos de encontrar e partilhar”. De registar que “um seguro com este tipo de cobertura é importante e revela-se uma mais valia, quer para as empresas, quer para os particulares. Através dos mapeamentos geográficos de catástrofes naturais e da inteligência artificial sabemos, com exatidão, onde determinados riscos têm maior probabilidade de acontecer, por isso, a obrigatoriedade da cobertura de riscos catastróficos pode ser o caminho para antecipar a proteção dos impactos destes riscos (...).”



JOÃO COSTA DUARTE
Administrador da Costa Duarte

“O recurso à inteligência artificial e às tecnologias relacionadas é uma realidade incontornável na indústria seguradora, desde a subscrição, à regularização de sinistros e até à distribuição. O processo de subscrição será mais rápido e mais preciso, alimentado por uma combinação de dados que permitirão encontrar soluções customizadas à necessidade de cada risco. A regularização de sinistros poderá ser automatizada em larga escala, reduzindo fortemente os tempos de processamento e contribuindo decisivamente para o combate à fraude. A distribuição disporá de novos argumentos de venda e de aconselhamento ao cliente, mas o papel do corretor de seguros

continuará a ser relevante”. Sobre a taxa de cobertura de riscos de fenómenos sísmicos em Portugal “certamente continua a ser muito reduzida, o que não deixa de ser preocupante quando continuamos a assistir há vários anos ao aumento da frequência e da gravidade da sinistralidade decorrente de catástrofes naturais. Por outro lado, nem sempre existe o cuidado de atualizar regularmente os capitais seguros, criando condições para longas discussões no momento da regularização dum sinistro. Ao contrário desta realidade, na Costa Duarte a generalidade dos seguros geridos tem contratada a cobertura de fenómenos sísmicos, sendo os clientes regularmente aconselhados a proceder às necessárias atualizações de capitais”. Por outro lado, o tema da obrigatoriedade dum seguro de fenómenos sísmicos “tem sido defendido por diferentes entidades e a criação dum sistema nacional de cobertura do risco de fenómenos sísmicos – a exemplo do que acontece noutros países – tem sofrido avanços e recuos ao longo dos anos, mas ainda não saiu da gaveta. É uma questão importante que merece ser discutida e aprofundada, avaliando os benefícios duma oferta generalizada, permitindo prémios mais competitivos e possibilitando a redução da franquia por sinistro e por local de risco atualmente fixada em 5% do capital seguro, que em muitos casos não tem em conta a capacidade financeira dos segurados”. De frisar que “a indústria seguradora tem tido um papel determinante para garantir aos segurados os meios financeiros necessários para promover a reconstrução e reposição dos bens sinistrados em caso de catástrofes naturais. A ocorrência dum fenómeno sísmico poderá ter efeitos devastadores numa cidade e não existindo seguro válido, certamente o Estado será chamado a intervir, disponibilizando meios financeiros para a reconstrução e reurbanização das áreas sinistradas. Infelizmente, os terríveis incêndios de há dois anos mostraram que este modelo tem fragilidades evidentes.”



NUNO RODRIGUES
Property & Corporate Product Manager da Generali

“Na esfera de produtos de P&C – Property & Casualty a Generali apresenta uma oferta alargada de produtos que garantem riscos catastróficos, tanto sob a forma de coberturas base como coberturas optativas, salvaguardando as necessidades, tanto dos clientes particulares como clientes empresariais”. Por outro lado, “o recurso a novas tecnologias tem permitido algumas evoluções interessantes no que respeita à mitigação e prevenção de riscos catastróficos. Em alguns mercados, com elevada sofisticação tecnológica, estão a ser utilizados algoritmos de Inteligência Artificial na análise de imagens de alta resolução obtidas por satélites científicos, os

quais estão a permitir, por exemplo, identificar áreas mais expostas a inundações ou incêndios florestais”. De realçar que “intrínseca à maior frequência e severidade de eventos catastróficos está também uma maior exposição mediática dos mesmos, suportada por uma também crescente mediatização das alterações climáticas, o que tem de facto contribuído deveras para uma crescente consciencialização da parte de todos os sectores da sociedade sobre as presentes problemáticas. Existe, de facto, uma maior procura de soluções de seguro para risco catastrófico em regiões do globo cada vez mais expostas a fenómenos extremos da natureza, como é o caso da costa leste americana, mas tal não é ainda espelhado no mercado nacional português, não obstante a elevada exposição do território nacional não só a fenómenos sísmicos, mas também a tempestades atlânticas”. E este deveria ser um seguro obrigatório “considerando o papel fundamental do seguro no auxílio da recuperação económicas das sociedades em caso de eventos da mais variada índole.”



RICARDO AZEVEDO
Diretor técnico da Innovarisk

“De entre os possíveis cenários de catástrofe, o risco sísmico é provavelmente aquele que mais preocupa os portugueses, na medida em que o país se encontra numa zona geográfica de risco elevado. Num contexto em que a compra da cobertura para este risco tem normalmente um carácter facultativo, com uma larga percentagem das pessoas e das empresas a não estarem ainda devidamente protegidas, existe uma preocupação grande da Innovarisk relativamente a este aspeto, pelo que todos os nossos seguros multirriscos para habitações e empresas garantem por defeito a cobertura para sísmos. Fora do universo das catástrofes naturais, dispomos igualmente de soluções para outro tipo de riscos potencialmente catastróficos, hoje muito na ordem do dia, como sejam o terrorismo e os riscos cibernéticos”. Por outro lado “os sistemas de inteligência artificial podem ser hoje um aliado da humanidade e acelerar determinado tipo de processos cuja execução e compreensão poderiam demorar muito mais tempo. Um desses potenciais benefícios prende-se com a interpretação dos dados históricos e a criação de sistemas de previsão que podem ajudar o homem a lidar melhor com potenciais cenários de catástrofe. E os desafios colocados pelas alterações climáticas estão sem dúvida alguma na ordem do dia, pelo que hoje, o acesso a este tipo de informação é relativamente fácil. A parte que estará ainda por cumprir terá que ver, não tanto com a divulgação da informação e o reconhecimento do problema, mas sobretudo com toda a alteração de comportamentos que é necessária para combatermos o problema ou, pelo menos, estarmos melhor preparados para o mesmo”. Por outro lado, “muito se tem falado ao longo dos anos do cenário de um grande terramoto na cidade de Lisboa. Hoje fala-se muito também nas consequências de um ataque cibernético em larga escala.”



JOSÉ GOMES
CEO Não Vida, Agentes e Corretores do grupo Ageas Portugal

“A Ageas Seguros e a Ocidental, duas marcas do Grupo Ageas Portugal, têm uma vasta oferta, de seguros que visam proteger o património, nomeadamente, seguros de multirriscos, incêndio e elementos da natureza, passando por seguros de construção e montagem, de máquinas casco, avaria de máquinas, bens em leasing, equipamento eletrónico e o seguro automóvel, onde estas coberturas podem estar incluídas (inundações, tempestades, fenómenos sísmicos e incêndio). Temos também disponível uma oferta de seguros de Vida e de Acidentes Pessoais, ainda que no mercado seja comum existirem limitações às situações decorrentes de fenómenos da natureza, que comportam garantias relativas a este tipo de fenómenos. Temos o compromisso de promover maior literacia financeira de forma a aumentar a proteção das pessoas e do seu património”.

Por outro lado, “no setor segurador temos de estar preparados para pensar e agir sobre o potencial que todas as novas tecnologias trazem para o negócio e o impacto que podem ter na qualidade de serviço que disponibilizamos aos nossos clientes. É por isso que, no Grupo Ageas Portugal, estamos preparados para a mudança e encaramos todas as inovações, nomeadamente a Inteligência Artificial, mas também a digitalização e a robótica como uma oportunidade. A nossa aposta nesta inovação reflete-se nas diferentes vertentes em que já aplicamos a tecnologia, como por exemplo na recuperação de acidentes ou no campo da saúde com um projeto piloto de inteligência artificial destinado à triagem médica e que atuará como uma ferramenta de decisão clínica. No caso concreto das catástrofes naturais, a digitalização e a inteligência artificial podem ter um papel relevante na identificação dos riscos, bem como na identificação de tendências e/ou padrões que permitam a prevenção a médio e longo prazo. Mas podem permitir também uma presença mais efetiva sempre que necessário, ajudando a prevenir e preparar a sua ocorrência, acelerando a ação em caso de sinistro junto dos nossos clientes”. E sobre a obrigação de contratualização é de frisar que “os riscos catastróficos englobam uma panóplia grande de situações, e parece-nos que, no caso concreto, as questões levantadas estão muito contextualizadas com os fenómenos de alterações climáticas e suas consequências mais dramáticas. Não se esgotam aí, contudo. Existe a perceção no mercado de que seria importante, por exemplo, existir obrigatoriedade na contratação do risco de fenómenos sísmicos nos riscos de patrimoniais, dada a elevada exposição de Portugal a este fenómeno (...). A maioria dos seguros que protegem os clientes destes eventos não são obrigatórios, pelo que o impacto para as populações e economias é inversamente proporcional à taxa de penetração dos seguros. Em Portugal, como observamos recentemente, os mecanismos públicos tiveram uma contribuição relevante, devido à ausência de proteção das populações atingidas.”



JUAN MIGUEL ESTALLO
Diretor de Produto da Liberty Seguros

“A Liberty Seguros tem procurado responder a estas alterações com o desenvolvimento e adaptação dos seguros de salvaguarda de património como seguros de incêndio ou multirriscos com soluções de seguros, tendo lançado no mercado diversos produtos segmentados para o mercado das PME, que visam dar resposta a uma maior proteção do património das empresas. Em complemento à proteção patrimonial, a Liberty Seguros tem o seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, adaptado à legislação portuguesa, que permite às empresas potencialmente poluidoras de cumprir a obrigação legal. Defendemos que o risco de impacto ambiental é algo que, com maior ou menor incidência, é transversal a todas as atividades, pelo que a contratação de um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental é, antes de mais, uma atitude responsável”.

Por outro lado, “a maioria das seguradoras está já de facto num caminho de inovação disruptiva, nomeadamente devido à ascensão da inteligência artificial. Na Liberty Seguros encaramos este tipo de tecnologia como uma oportunidade para, por um lado, tornarmos os processos mais eficientes, e, por outro lado, melhorarmos a experiência dos clientes. Por exemplo, lançámos no ano passado o canal de atendimento por WhatsApp para que os clientes entrem diretamente em contacto com a equipa mais indicada para os apoiar. Também em 2018 lançámos o novo portal que possibilita aos clientes o acesso a informações sobre as suas apólices e sobre os seus sinistros em tempo real, 24 horas por dia, sete dias por semana. Estes tipos de canais podem ser muito úteis para os clientes no caso de ocorrência de catástrofes naturais, pois permitem-lhes entrar em contacto com a sua seguradora em tempo real e onde quer que se encontrem”.



CARLA SÁ PEREIRA
Associate Partner na EY

“Nos últimos anos a severidade e a frequência de eventos catastróficos tem vindo a aumentar pelo que é crescente a preocupação das empresas com estes eventos. Sendo exemplo disso, a Tempestade Leslie com um valor agregado de danos cobertos pelas Seguradoras de 101 milhões de euros e, em 2017, os incêndios de 15-16 de Outubro, que constituíram o maior sinistro da história da atividade seguradora em Portugal, com as perdas seguras a atingirem os 230 milhões de euros. As alterações climáticas, que estão cada vez mais na agenda internacional, podem conduzir a outros eventos, ainda mais extremos, pelo que diria que a sociedade em geral, e o mercado segurador, em particular, estão bastante sensibilizados para o tema”. Por outro lado “a preocupação do Governo tem existi-

do ao longo dos últimos anos, em particular no que se refere ao risco sísmico em Portugal. Como é sabido Portugal está numa zona de elevado risco de fenómenos sísmicos. Não obstante este facto, a penetração para a cobertura de fenómenos sísmicos (de cariz facultativo) é limitada face ao total de apólices de seguro de incêndio e multirriscos existentes, pouco mais de 15%. Assim têm existido várias ações no sentido de propor opções para mitigar o impacto financeiro decorrente de um evento catastrófico. (...) Esta matéria tem vindo a ser trabalhada mais recentemente, apontando para um sistema que assenta, em grande medida, numa resposta do setor segurador e ressegurador, mas com limites de responsabilidade definidos, envolvendo por isso, uma garantia do Estado. Julgamos que este último aspeto tem envolvido uma especial ponderação, o que não significa que o Governo dê pouca importância ao tema.

A frequência de outros eventos extremos como os incêndios, tempestades e inundações, entre outros, tem vindo a aumentar nos últimos tempos, muito fruto das alterações climáticas, como já referi, e a tornarem-se cada vez mais comuns e severos. Os trágicos incêndios ocorridos no ano de 2017 são exemplo disso, cujo custo estimado com perdas de bens e serviços e custos de recuperação ultrapassou os 500 milhões de euros. Uma parte das perdas foi de facto suportada pelas seguradoras, cerca de metade, mas não podemos descurar o facto de muitos dos bens ardidos não se encontram seguros, com os consequentes impactos para a sociedade. Quando falamos de eventos extremos tipicamente pensamos em catástrofes naturais, mas existem também outros riscos como os riscos cibernéticos que poderão representar ameaças existenciais para o mercado segurador. Imaginemos, por exemplo, o que poderá acontecer no futuro se um simples hacker conseguir assumir o controlo de veículos automóveis automatizados com piloto automático”.

De frisar que “segundo um estudo feito pela consultora de dados Tata Consultancy Services (TCS) “Global Trend Study on Artificial Intelligence Reveals Industry Wide Investment by 2020”, em 2017, o mercado segurador foi o que apareceu como o que mais investe em IA, sendo que 85% das empresas de seguros que participaram no estudo afirmam que já utilizam Inteligência Artificial em algum dos seus processos, e têm intenção de ampliar ainda mais a aplicação da tecnologia até 2020.

A inteligência artificial (IA) no setor segurador já é uma realidade e tem vindo a ser utilizada em chatbots para comunicação com clientes, no processo de emissão e gestão de apólices, na análise de sinistros e na prevenção de fraudes. Sistemas inteligentes, com profunda capacidade de aprendizagem e análises em tempo real, permitem identificar padrões de comportamento fraudulento. A IA tem vindo igualmente a ser utilizada no tratamento e gestão de dados, uma vez que os sistemas Big Data possibilitam a gestão integrada de dados num único ambiente, permitindo a criação de cenários futuros decorrentes do processamento de grandes quantidades de informação. Este processamento rápido de informação de várias fontes pode contribuir para melhorar os sistemas de pricing e de subscrição das seguradoras.”

ESTUDO

Ciber-ataques podem atingir valor mais elevado de sempre

O risco cibernético integrou, pela primeira vez, a lista das cinco principais ameaças para as empresas portuguesas.

CARLOS CALDEIRA

O medo está instalado na rede. Proteja-se. O relatório “Prepare for the expected: Safeguarding value in the era of cyber risk”, da Aon prevê que as perdas decorrentes de ataques cibernéticos atinjam globalmente os 5,5 mil biliões de euros (seis triliões de dólares) até 2021.

Danos à reputação e à marca, queda no preço das acções e diminuição das classificações de crédito exigem dos gestores prioridade máxima em relação aos ataques cibernéticos. Diz o relatório da Aon que o aumento da prevalência de ataques cibernéticos torna este risco inevitável, apesar da falta de preparação de muitas empresas.

O relatório “Prepare for the expected: Safeguarding value in the era of cyber risk” prevê ainda que o investimento em segurança cibernética ultrapasse 907,5 mil biliões de euros (1 trilião de dólares) acumulados nos cinco anos anteriores a 2021. Números astronómicos. E as perdas não se devem apenas aos hackers. Também ao novo Regulamento Geral de Protecção de Dados.

Competitividade, velocidade e risco

A informática aumentou a competitividade das empresas em todo o mundo. A competitividade e a velocidade com que se fazem negócios, uma vez que diminuiu a distância entre as várias regiões do planeta.

Hoje, um negócio pode estar à distância de um clique. Mas toda a informação, confidencial, de uma empresa pode estar em risco após vários cliques. Os hackers estão activos e prontos para “roubarem” bases de dados, inovações industriais, ou mesmo apagarem toda a informação de uma empresa, seja ela um gigante multinacional ou uma pequena e média empresa (PME). Neste mundo que funciona cada vez mais rápido, a protecção é essencial, seja protecção informática, através de firewalls cada vez mais poderosas, ou de seguros contra ataques informáti-



Reuters

cos, que permitem reduzir as perdas de um ataque.

E se pensa que apenas as PME estão vulneráveis, engana-se. Um exemplo recente e bem conhecido é o do ataque informático ao Facebook, que expôs informação de cerca de 50 milhões de contas de utilizadores da maior rede social do Mundo, em Setembro de 2018. Mais. Em 2017, um ransomware que se instalou em mais de 230 mil computadores operados pelo Windows, acabou por envolver grandes empresas, como a Telefónica, Nissan, Serviço Nacional de Saúde Britânico, Fedex, Renault, entre outros grandes nomes.

Em 2013, cerca de três mil milhões de contas da Yahoo foram expostas, tornando públicos os nomes dos utilizadores, e-mails, datas de nascimento, números de telemóvel e passwords. A perda de dinheiro foi tal que, em 2016, a Yahoo entrou a negociações com a Verizon para que esta a comprasse na totalidade. Ou seja, o

risco não se fica pelas empresas. Os hackers “gostam” de todo o tipo de informação.

E nem os políticos ficam seguros. Em 2016, a candidatura de Hillary Clinton à presidência dos EUA, foi alvo de um ataque informático que permitiu a apropriação de e-mails do Partido Democrata. Além disso, também foram divulgadas comunicações internas através dos WikiLeaks. Na altura, a CIA suspeitou que esse ciber-ataque foi obra de hackers ao serviço do governo russo, numa possível associação a membros da campanha de Donald Trump.

De acordo com o relatório da Aon, as empresas enfrentam perdas financeiras graves e imediatas face aos custos processuais deste tipo de incidentes, de multas regulatórias, que aumentaram após a implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados, e de perdas de receita resultante da interrupção da sua actividade. Embora os custos financeiros imedia-

tos de um ataque cibernético possam ser prejudiciais para as empresas, o relatório sugere que tão ou mais preocupante é o dano, prolongado no tempo, causado à sua reputação.

“A crise de reputação resultante de um ataque cyber pode comprometer o valor de mercado de uma empresa, destruir a lealdade à marca, limitar os esforços de transformação digital e até levar a uma diminuição do rating de crédito. Uma estratégia eficaz de resiliência cibernética pode ajudar a mitigar perdas financeiras imediatas e de longo prazo”, explica Anabela Araújo, Chief Broking Officer e directora de sinistros, da Aon Portugal.

De acordo com o referido estudo, o risco cibernético integrou, pela primeira vez, a lista dos cinco principais riscos para as empresas em Portugal, em 2019. Globalmente, os gestores de risco estão também a registar um nível mais baixo de preparação ao risco cibernético, havendo necessidade de

adoptar medidas de gestão de risco por oposição à transferência de risco, com o objectivo de mitigar essas ameaças e proteger as organizações.

Anabela Araújo, diretora de sinistros da Aon diz que “algumas empresas ainda não entendem completamente o impacto que um ataque cibernético pode ter na sua actividade. A consciencialização dos piores cenários e o seu impacto é crucial para o desenvolvimento de uma estratégia de resiliência eficaz na qual o cyber é gerido como um risco para e em toda a empresa. Os Executivos devem procurar melhorar constantemente as suas estratégias holísticas de gestão de riscos cibernéticos para prevenir, preparar e ser capaz de responder a uma crise desta natureza”.

O Relatório “Prepare for the expected: Safeguarding value in the era of cyber risk” identifica quatro etapas necessárias para a construção de uma organização resiliente ao risco cibernético.

Em primeiro, assumir a responsabilidade. A gestão do risco cibernético deve ser um esforço transversal à empresa, mas a responsabilidade precisa de estar alocada ao topo da organização. Depois, unir a empresa. O risco cibernético não é apenas uma questão de segurança tecnológica e informática. É uma ameaça de toda a empresa e requer uma resposta multidisciplinar e multinível que envolva todas as partes interessadas relevantes dentro da organização. Por outro lado, há que controlar o processo. As empresas não podem mais contar com a contratação de uma equipa de resposta após um ataque cibernético. A gestão de resposta a incidentes é fundamental na preparação das organizações e o planeamento de cenários ajuda a entender as vulnerabilidades e ameaças operacionais. Por último, há que proteger a operação. As empresas devem analisar a forma como estão a aproveitar as oportunidades de transferência de risco disponíveis. O seguro cibernético pode ajudar a proteger o balanço patrimonial de uma organização, fornecendo serviços de prevenção pós e pré-perda. ●